

ACTA NR. 123

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas quinze horas e trinta minutos, no auditório maior do Jamor, Oeiras, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Aikido, em modo misto presencial e telemático. -----

A Mesa da Assembleia Geral foi composta pelo respetivo Presidente, Miguel Mendes Pereira, e Secretário, Rafael Serralheiro Franco, ambos fisicamente presentes no auditório maior do Jamor, Oeiras. Não se verificando o quórum estatutariamente exigido à hora marcada para a primeira convocatória, reuniu a Assembleia trinta minutos depois, às dezasseis horas. -----

Estavam presentes vinte e dois delegados da Federação Portuguesa de Aikido, nove dos quais fisicamente presentes no auditório maior do Jamor, Oeiras e os restantes treze participando por meios telemáticos, conforme lista de presenças anexa à presente ata. Verificou-se os termos da convocatória e a sua validade assim como a lista de convocados e os elementos presentes. -----

Iniciando-se com o ponto número um, a saber, aprovação do relatório de atividades, balanço e documento de prestação de contas do exercício do ano de 2022, tomou a palavra o presidente da Direção da Federação, Rui Martins, fisicamente presente no auditório maior do Jamor, Oeiras. Apresentou e descreveu com algum detalhe as atividades e os projetos desenvolvidos em 2022, assim como as respetivas contas anuais. Salientou o resultado positivo obtido justificando-o com o aumento de receitas que superou o aumento dos custos. Referiu ainda que foi um ano de recuperação, com alguma agitação, atingindo-se e celebrando-se o registo do praticante número 10 000. Comentou que o contexto é um estímulo à utilização em 2023 de todas as verbas disponíveis para o desenvolvimento e a promoção da prática do aikido. O delegado João Nuno Silva questionou o Presidente da Direção sobre o problema dos representantes sem direito a voto na assembleia geral de dezembro de 2022 e perguntou se o assunto ficou resolvido. O Presidente da Direção esclareceu que os estatutos foram devidamente cumpridos e que os referidos representantes não tinham efetivamente direito a voto, atento o procedimento previsto estatutariamente para a eleição de delegados à Assembleia Geral. Acrescentou que a comunicação da Direção com esses elementos foi melhorada e que o assunto está a ser estudado pelos juristas da Federação. O representante Paulo Farinha confirmou que o assunto foi revisto e que reconhece que, embora possa estar presente na Assembleia Geral, não tem direito a voto. Prosseguiu com a sua intervenção e questionou sobre o saldo dos depósitos bancários, sobre o encontro natureza e sobre a comissão técnica da prática de aikido com crianças. O Presidente da Direção respondeu informando que i) o saldo bancário ascendia a 46 334 euros e que não se pretendia usar esse saldo para cobrir eventuais défices orçamentais usando-o apenas como almofada na tesouraria; ii) que o encontro natureza está em estudo e irá realizar-se; e iii) a direção não tem responsabilidades técnicas, mas está em conversa com o

a equipa técnica sobre a modalidade com crianças. Falou-se ainda das atividades de divulgação destinadas a crianças e da prioridade da comunicação aos clubes com mais praticantes dessas idades. O delegado João Nuno Silva tomou a palavra e referiu que lhe parecia haver falta de visibilidade nacional e internacional e que a interação com as federações internacionais (europeia e internacional) poderia ser mais desenvolvida. O presidente esclareceu que há duas federações europeias e alguma indefinição sobre uma possível fusão o que dificulta essa interação; reconheceu que a relação com a federação internacional pode ser melhorada nomeadamente quanto à comunicação regular. O delegado Miguel Sendim informou que a FPA já participou nas atividades das duas federações europeias, não havendo sobreposição entre elas dado que prosseguem finalidades distintas. Um outro assunto que se abordou e com impacto no orçamento dos gastos administrativos foi o cartão de associado. A delegada Isabel Coelho referiu a importância do cartão físico no caso dos praticantes crianças e da importância do cartão para acionar o seguro desportivo subscrito pela FPA. O delegado João Nuno Silva referiu que o cartão poderia desmaterializar-se usando um documento PDF e ofereceu-se para colaborar nesse projeto. O delegado Francisco Eusébio tomou a palavra e elogiou a forma como decorreu a semana aberta sugerindo que no futuro se tivesse uma lista com os contactos dos vários dojos para que se pudesse informar os participantes com interesse em saber mais sobre a modalidade. Não havendo mais assuntos a esclarecer relativamente ao relatório de atividades e prestação de contas, foi este posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade o relatório de atividades, balanço e documento de prestações de contas do ano de 2022. -----

Passando-se ao ponto dois da Ordem de Trabalhos, relativo à venda da sede, foi debatido o interesse em alienar as atuais instalações da sede da FPA. O Presidente da Direção tomou a palavra e referiu que as atuais instalações não têm uso funcional para a formação ou a prática de aikido e que como local de armazenamento dos tapetes também se tem revelado muito difícil em termos de manuseamento e transporte. Informou que a fração está habitável e que após consulta a várias empresas de intermediação imobiliária a venda pode ser viável entre 200 000 e 250 000 euros. O delegado José Caldeira questionou sobre o objetivo da venda e sobre o que se pretende fazer com os fundos provenientes dessa possível venda. A delegada Isabel Coelho frisou que poderia ser difícil encontrar um imóvel adequado logo após a venda do atual e questionou sobre o prazo expeável de transição entre instalações. O Presidente da Direção tomou a palavra e esclareceu que o objetivo da venda da atual sede é adquirir um espaço amplo e mais central com utilidade para a formação e a prática de aikido, e acrescentou que há boas opções no mercado. O delegado Miguel Sendim acrescentou que há soluções caso se fique temporariamente sem sede. Foi ainda abordada a possibilidade de se concorrer a espaços cedidos pela Câmara de Lisboa, mas, após algumas informações prestadas pelo delegado João Tinoco, concluiu-se que pode ser um processo

muito demorado e em localizações pouco funcionais e pouco acessíveis não se afigurando ser uma solução viável. O Presidente da Direção concluiu a sua exposição referindo que o objetivo da venda das atuais instalações é dotar a FPA de uma sede com dignidade para receber parceiros e proporcionar aos membros um espaço para a formação e a prática de aikido. Propôs-se trazer à assembleia geral logo que possível uma solução concreta de compra e não critérios ou generalidades sobre prováveis instalações. Para esse efeito referiu a necessidade de ter uma autorização da assembleia geral para vender as atuais instalações, baseando-se no parecer jurídico que foi enviado em conjunto com a convocatória da Assembleia-Geral. -----

O Presidente da Direção apresentou a proposta da Direção quanto ao procedimento de venda que consistia em: -----

- i) autorizar a Direção a vender por um preço acima de 250 000 euros; ou-----
- ii) autorizar a vender por um preço entre 200 000 e 250 000 euros com unanimidade da Direção; ou----
- iii) voltar a apreciar a venda em Assembleia Geral se for por um preço inferior a 200 000 euros. -----

O delegado Francisco Eusébio pediu a palavra e afirmou que o valor o valor de 200 000 euros se lhe afigurava estreito e que consideraria, atenta a atual realidade do imobiliário, adequada uma banda ligeiramente mais alargada quanto ao valor de base para a venda, propondo uma banda entre os € 220 000 e os € 250 000. -----

O Presidente da Mesa instou o Presidente da Direção a pronunciar-se sobre a proposta e aquele expressou o desejo de ser colocada a votação a proposta da Direção, manifestando abertura para, caso a mesma fosse subsequentemente alterada por votação maioritária da Assembleia Geral, acatar o sentido da decisão. -----

Foi, assim, colocada à votação a proposta da Direção, tendo a mesa sido aprovada com dezoito votos a favor, dois contra (Isabel Coelho e Francisco Eusébio) e duas abstenções (Miguel Sendim e Henrique Martins). -----

Atentas as posições anteriormente expressas, o Presidente da Mesa declarou que iria admitir à votação uma proposta de alteração à proposta submetida pela Direção, a qual consistia em alterar os valores da banda 200 000-250 000 para 220 000-250 000 e questionou o Presidente da Direção sobre se a Direção se opunha à admissão desta proposta à votação ou se algum outro delegado se opunha. Expressa uma resposta negativa por parte do Presidente da Direção e não tendo havido oposição por parte de qualquer delegado, o Presidente da Mesa colocou à votação a seguinte proposta: -----

- i) autorizar a direção a vender por um preço acima de 250 000 euros; ou-----
- ii) autorizar a vender por um preço entre 220 000 e 250 000 euros com unanimidade da direção; ou----
- iii) voltar a apreciar a venda em assembleia geral se for por um preço inferior a 220 000 euros. -----

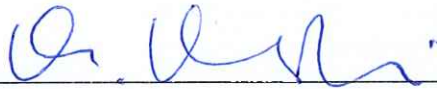
Colocada à votação a proposta de alteração à proposta da Direção, foi a mesma aprovada com dezasseis votos a favor, um contra (Alexandre Francisco) e cinco abstenções (José Caldeira, João Tinoco, Filipe Alves, Jorge Costa e Henrique Martins). -----

Atento o resultado da votação e a ausência de objeções, o Presidente da Mesa declarou que o mandato da Direção para a venda da sede estava corporizado nos intervalos constantes da alteração aprovada pela Assembleia Geral à proposta inicial da Direção. -----

Cumprida a Ordem de Trabalhos, foi colocado à votação um voto de confiança à Mesa da Assembleia Geral para a elaboração da ata, voto este que foi aprovado por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Assembleia Geral e lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa da Assembleia Geral. -----

Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Secretário da Mesa da Assembleia Geral

